

uma bibliografia de alto nível, um índice onomástico muito bem feito e índice geral.

A edição do Livro de Marinharia de André Pires é uma obra obrigatória para o estudioso das navegações portuguesas, tanto pela edição cuidada do texto, como pelas contribuições ao conhecimento da técnica de navegação empregada na época.

RAQUEL GLEZER

*

* *

MOUSNIER (Roland). — *Fureurs paysannes. Les paysans dans les révoltes du XVIIe siècle (France, Russie, Chine)*. Coleção "Les grandes vagues révolutionnaires". Paris. Calman-Lévy. 354 pp.

O século XVII foi um grande século de revoltas e revoluções, que surgiram em quase tôdas as partes do globo. Grupos sociais delas participaram, mas os camponeses desempenharam um papel importante. O autor deixou de lado, positivamente, as revoluções da Inglaterra que devem ser estudadas comparativamente com a Fronda francesa, em outro volume dessa coleção. O autor de *Fureurs paysannes* procurou analisar alguns movimentos típicos, em França, na Rússia e na China. Êsses movimentos, na França e na China, não tiveram por finalidade uma transformação profunda da sociedade, mas uma volta à sociedade tradicional. Tiveram como fim secundário, a melhoria da situação das camadas humildes numa sociedade de conjunto, em que os camponeses aceitaram as estruturas tradicionais. Na Rússia, ao contrário, os camponeses tentaram, sobretudo no tempo de Stenka Razine, destruir a obra de um Estado que imobilizara tôda a sociedade em quadros cada vez mais rígidos, numa sociedade de Ordens, organizada artificialmente para o serviço do Estado, e onde se condenava os camponeses à servidão. Por tôda a parte, sob formas diversas, parece que foi o desenvolvimento do Estado moderno, inovador, centralizado e unificador, a redução da mobilidade social, e da esperança social, o sentimento de frustração entre os homens participando cada vez menos em seu destino, a causa profunda dos movimentos camponeses.

E. S. P.

*

* *

HAUSER (Henri). — *La modernité du XVIe siècle*. Cahiers des Annales. Publiés avec le concours du Centre National de Recherche Scientifique. Librairie Armand Colin. Paris, 1963, 133 páginas, formato 0,15 x 0,23, fotografias do autor e nota manuscrita. Prefácio de Fernand Braudel. Presses Universitaires de France.

Tôda publicação do *Centre National de Recherche Scientifique*, dispensa apresentação, especialmente quando prefaciada por Fernand Braudel, tal sua honres-

tidade intelectual e forma erudita de pensar, como tem demonstrado em seus trabalhos publicados na revista *Annales*, órgão dos mais conceituados nas lides históricas, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, e que ainda hoje mantém a mesma linha de conduta científica.

É dividida em duas partes: *De la modernité du XVI^e siècle* e *Les débuts du Capitalisme*.

Henri Hauser, in *La modernité du XVI^e siècle*, inicia seu trabalho situando o século XVI como o período que se abre com a descoberta da América em 1492 e as guerras da Itália em 1494, fechando-se entre a morte de Isabel e a de Henrique IV. Trata-se de um século bastante distante de nós no tempo, entretanto, temos a impressão de que está bem vizinho, na realidade mais vizinho até do que as éras que se seguiram. E termina dizendo que Burckart demonstrou como o Renascimento Italiano, antecipou-se aos demais “renascimentos”, como começou a descoberta da natureza em duas ou três direções: a da Terra, que repentinamente, expandiu-se na senda dos navegadores, a da Natureza física, e finalmente, o conhecimento do Homem.

Henri Hauser a divide em cinco partes:

I. — *La révolution intellectuelle* — onde nos mostra a volta à natureza, mas tal qual a viram e interpretaram os antigos. O século XVI afigura-se nos, primeiramente, voltado menos para o futuro do que para o passado, dois passados que lhe afiguram igualmente vulneráveis, a Antigüidade pagã e a Antigüidade judeu-cristã, a Iliada e o Evangelho. Renascimento e Reforma são de início dois movimentos paralelos, no mesmo sentido, um para reencontrar o humanismo antigo sob as glosas de realidade, e o outro para restituir o Cristianismo primitivo em sua pureza. Onde seríamos tentados a ver uma revolução, na realidade, houve *duas revoluções*.

Finda a revolução intelectual, dizendo que são as serventias do espírito. No entanto, elas não saberiam impedir-nos de reconhecer que, com o século XVI a palavra *ciência* muda de sentido: cessa de designar uma tradição, um tesouro que se transmite, para designar o conhecimento daquilo que é conhecimento que se adquire olhando as coisas.

“Et cela est une révolution”.

II. — *La révolution religieuse*. Ao lado de um novo conceito de ciência, o século XVI traz uma nova concepção de crença. Através de todas as diferenças de seitas, acima das lutas religiosas e podemos dizer, mesmo na velha Igreja, impõe-se um princípio: o da “*autonomie de la conscience*”. Sem deixar de ser um fenômeno social, pois que une em um só corpo os adeptos de uma mesma fé, a religião torna-se um fenômeno individual, o tesouro do “*croyant*”.

Ao terminar o capítulo, diz o autor: “*Saint-Beuve*, comparou o século de Luís XIV a um esplêndido e harmonioso edifício, construído, porém, sobre uma ponte; e todos os arcos são oprimidos pelas águas turbulentas de uma corrente irresistível.

III. — *La révolution morale*. Num tempo quando a religião dominava todas as coisas, seria impossível que uma revolução religiosa não fôsse suficiente para transformar as bases mesmo da moral.

Finda-o mostrando: “*Un professeur du XVI^e siècle, qui ressemble beaucoup moins à un Budé ou à un Erasme qu'à un Buffon, à un Darwin ou à un Spencer. Laissons Spencer, que notre temps neplace pent-être plus aussi haut, et retenons les autres*”.

IV. — *La politique nouvelle*. Sob tal rótulo, o autor denuncia que “quatro grandes feitos marcam, o fim do século XV e o início do XVI, a abertura duma nova política européia: 1º) a formação dos Estados Modernos, e a aparição da idéia de nacionalidade; 2º) a elaboração de idéia democrática; 3º) secularização da política; 4º) transformação das relações internacionais.

Termina o capítulo fazendo desfilar os sistemas políticos desde a “*vieille et défunte république chrétienne*” até “*le grand projet de Sully*” ao tempo de Henrique IV.

V. — *Un nouvelle économie*. No fim do século XV e durante a primeira metade do XVI se desenvolve efetivamente uma revolução econômica duma amplitude sem precedentes.

Expõe e conceitua Ashley, Marx, Pirene, Cecil, Colbert, no aspecto econômico e dentro do “individualismo”.

Finaliza demonstrando que com os Stuarts, como Luís XIII, vai se iniciar uma reação, que funcionará mais como um fator de equilíbrio do que de entrave.

Conclusão: De qualquer lado que se olhe o século XVI aparece-nos então como uma prefiguração ao nosso tempo. E quantos trarão uma máscara entre os grandes espíritos que, mesclados de imprevidentes e temerários, transmitirão às gerações a chama da Renascença?

*

Na segunda parte, *Les débuts du capitalisme*, o autor divide em dois tópicos distintos: *As origens do capitalismo moderno em França* e *As idéias econômicas de Calvino*.

Assim temos:

Introdução. O autor nos dá uma definição de capitalismo moderno, tecendo comentários críticos e históricos das teorias socialistas. Termina acrescentando: “E’ necessário então buscar as origens do nosso capitalismo na época do pleno desenvolvimento do sistema das comunidades de ofício, sistema que o Capitalismo tinha por obrigação destruir”. O tópico é dividido em três capítulos, a saber:

I. — *O maquinismo e a divisão do trabalho*. O império romano nos legou os moinhos à água e a vento e é bem possível que tais máquinas, tenham mostrado a necessidade da divisão do trabalho. Denuncia a passagem do século XIII para o XV como o primeiro progresso da indústria mecânica. Finalizando diz que pouco a pouco o capital foi se concentrando nas mãos dos chefes de indústria, a partir do longínquos dias do século XIII.

II. — *A concentração do capital*. Parece *a priori*, que o aperfeiçoamento da ferramenta e a divisão do trabalho precedeu a concentração do capital. A primeira aparição do capital, isto é, duma riqueza que produziu a seu possuidor uma renda independentemente de seu trabalho, precedeu e não seguido da primeira aparição da divisão do trabalho. E’ a função capitalista que cria a manufatura. Após estudar a formação do capital como instrumento de produção, Hauser se propõe a estudar a história do capital e do trabalho separadamente.

III. — *Os conflitos entre o capital e o trabalho*. No interior da comunidade juramentada e durante a idade de ouro do Regime corporativo, pode-se admitir sem completa certeza que as relações entre capitalismo e trabalho eram admitidas dentro de uma certa cordialidade. Patrões e empregados viviam juntos sob o empenho da produção...

Conclusão.

A conclusão que chegamos ao sair do tríptico estudo é a seguinte: se a revolução individualista e a revolução industrial do fim do século XVIII precipitou a chegada do regime capitalista, ambas revoluções não criaram este sistema. Já existia antes delas com tríptico caráter:

1. — Tendência a dividir cada vez mais perfeita do trabalho e o emprego da máquina;
2. — Concentração crescente de capitais, dos instrumentos de trabalho nas mãos dos "Capitaines d'industrie";
3. — Criação de duas classes antagônicas, animadas de paixões hostis e cujos interesses estão cada vez mais em desacôrdo.

As idéias econômicas de Calvino.

O autor inicia a última parte da obra perguntando:

Em que medida as idéias de Calvino têm influência sôbre a evolução do capitalismo moderno? W. Ashley diz que a carta de Calvino sôbre a usura, datada de 1545, representa um "*point tournant*" na história do pensamento europeu?

Que idéia através destes textos múltiplos e variados, podemos fazer de sua doutrina?

Calvino pela natureza vigorosa de seu espírito e pela educação completa e variada que recebeu, é, não nos esqueçamos um humanista imbuído de filosofia, um jurista familiarizado com o direito romano, sendo a um só tempo teólogo e moralista.

E' sob estes pontos de vista que se coloca para estudar o problema que mais o interessa.

Ele prestou outro serviço ainda. Fazendo descer a legislação do céu para a terra — passando esta legislação da esfera do Direito Canônico para o Direito Civil — Calvino estimulou o magistrado a aquilo que havia tentado Henrique VIII e a República de Genebra, o que havia preconizado a *Discipline*: saber estabelecer uma taxa máxima de juro acima da qual o emprestador se tornaria um usurário. A laicização do juri tinha também por fim limitar na prática a taxa de juro, de estabelecer uma distinção entre o juro razoável e aquêle que em nossa linguagem moderna chamamos de usura.

De fato, nas sociedades calvinistas o juro é permitido, foram desde logo sociedades nas quais o dinheiro custava menos caro que naquelas onde a usura era proibida. A lei, sancionava ali as necessidades econômicas, em lugar de as contrariar estava nelas menos sujeito a violação. E' o explica o desenvolvimento do crédito em países como a Holanda ou Genebra. Esse sucesso foi Calvino que sem o saber tornou possível.

Em matéria política, a teocracia genebrina, tipo de um govêrno forte, devia em virtude de sua lógica interna, levar de bom ou mau grado à democracia republicana, os *Gueux* e os *Insurgents*. Paralelamente, no terreno econômico, Calvino provocou uma revolução que êle nem quiz nem previu, mas que surgiu de sua dialética.

JOSUÉ CALLANDER DOS REIS

* * *